

UMA LEITURA HISTÓRICA DOS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NO MUNDO DO TRABALHO E NAS DINÂMICAS DOS CONFLITOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Resumo estendido apresentado de forma virtual na Mesa de Apresentação de Trabalhos do XVIII Seminário Internacional de Lutas contra o Neoliberalismo, no dia 19 de outubro de 2024.

**Gabriel Rocha da Silva
Camila Queiroz**

Resumo

O presente artigo consiste em uma revisão narrativa de literatura de alguns trabalhos destacados como referências teóricas do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, que versam sobre as raízes fundamentais das mudanças centrais nas formas trabalho da sociedade brasileira, em seus traço comuns com outros países da região e seus passados e futuros de incertezas compartilhadas. Incorporando outros referenciais de pesquisa dos autores, o artigo atribuiu grande parte dessas transformações à emergência do neoliberalismo na América Latina, consistindo em uma análise sobre seus efeitos, apresentando, mais do que respostas, questões sobre a estrutura do labor na região, cujos significados ainda estão em debate.

Fundamentos coloniais do desenvolvimento capitalista na América Latina e o passado inconcluso

Os grandes processos de mudanças das relações econômicas, políticas e sociais dos povos latino-americanos a muito já não podem ser entendidos a partir de seus aspectos estritamente locais. Desde o atracar das naus do Sacro Império Romano-germânico, por sua representação espanhola, na Ilha de São Domingo em 1492, as paisagens na região precisam ser compreendidas a partir do entrecruzamento nas dinâmicas internacionais ou das “voltas de mundo”. O uso desta expressão da tradição afro-brasileira da Capoeira - aplicada em diversos cantos quando ressaltam a constância das transformações - expressa em alguma medida uma visão global que essa manifestação autóctone latino-americana guarda em seus significados, forjados a partir dos efeitos da intersecção de povos em questão. Esse entrecruzamento que toma o centro dinâmico da economia com um mercado cada vez mais mundializado, que ganhou impulso a partir das viagens ultramarinas do século XV e XVI, amplia o que abrangia a denominação de Abya

Ayla ou até mesmo Haiti, ambas signos originárias que, a partir do que conhecemos, denominavam a região a partir daquilo que os povos que os formularam dimensionavam como suas localidades ou seu mundo a partir de uma cosmovisão local.

Antes de se formar uma nação, o Brasil foi um empreendimento (PRADO JÚNIOR, 1989). Para encaixar essa frase no seu respectivo tempo histórico, Caio Prado tira tais conclusões ao fazer a análise estrutural de como a economia do país é orientada apenas para satisfazer as demandas externas. Dado isso, a arquitetura mercadológica pode ser ampliada para um contexto também regional, ou seja, a América Latina antes de se constituir em nações, foi antes um negócio. Do estímulo dado pela colonização europeia na África e América Latina, emerge o sistema capitalista em sua fase mercantil, já em seus germens gestados na Europa, em contradição com o feudalismo decadente ao qual se ligava o absolutismo das coroas ibéricas. É o embate entre dois modos de produção que pressiona a busca por novos espaços de dominação pelas monarquias ibéricas (HOLANDA, 2015), também sob pressão das dificuldades que a ascensão turco-otomana impunha ao comércio europeu. A expansão comercial faz fundar, assim, a empresa agrícola na América Latina (FURTADO, 2020).

O papel da expansão comercial ibérica na região para o desenvolvimento do capitalismo no mundo, não apenas como novos objetos de produção - gêneros exóticos, gêneros alimentícios e matérias primas industrializadas - que fazem surgir contradições aos limites impostos pelas relações de produção antigas, mas também como mercado consumidor, sem o qual a Europa teria que se limitar a um mercado interno (MARINI, 1991) forja a relação de complementaridade econômica que se estabelece entre os arranjos de poder, mais tarde países latino-americanos, e o então centro dinâmico - Espanha e Portugal.

Nessa lógica dialética de formação mútua de ambos os pólos da interação, cuja determinação da porção dominada é tão ou mais relevante para a formação da dominadora que seu contrário, como teorizou Hegel (1992), também é válido destacar a menos abordada mas igualmente considerável, contribuição latino-americana para o avanço político e jurídico europeu. Clemend Thibaud (2011) analisa essa influência, para além da ação indireta da economia que determina em última análise as instituições. O evento central que reflete este estímulo teria sido a movimentação na Espanha de tentar se adiantar aos processos constitucionais nos vice-reinados na América que se desenvolveram durante a ocupação francesa ao país (1808- 1817). Instituíram-se juntas governantes com os primeiros processos de independência reconhecidos em Mompox e Cartagena, e o primeiro texto de valor constitucional em Cundinamarca (ambas atual Colômbia) em 1811. Segundo o autor, esses processos impulsionaram a formação da Corte de Cádiz, promulgando a Constituição em 19 de Março de 1812, sob o domínio do rei José Bonaparte, irmão de Napoleão. Mesmo buscando uma composição com a participação dos representantes das colônias, com uma bancada americana na Corte, não foi possível concretizar o pretendido impedimento a outros processos constitucionais na América, levados a cabo pelos setores das elites, em grande medida, fiéis à coroa espanhola (THIBAUD, 2012). Ganham espaço dentro das juntas também vozes como as de Francisco de Miranda e Simon Bolívar, ambos da Capitania Geral da Venezuela em favor de que se levasse a autonomia até às últimas consequências,

rompendo com as chamadas “Máscaras de Fernando VII” as juntas envolvidas como forma de se independizar da França e devolver o domínio à coroa espanhola quando esta retomasse o poder. Os limites desse processo são analisados por Bolívar em dois de seus textos históricos – Manifesto de Cartagena (2005) e Carta da Jamaica (1978).

Mais do que analisar a profundidade das conquistas dessas lutas de independência e de outras que se desenvolveram na região com suas respectivas idiossincrasias, o que se pode afirmar é que redesenham o quadro de entrecruzamentos que, com a independência da Espanha e Portugal, aprofundam as ligações com a Inglaterra. Galeano (2010) analisava que este país havia sido o grande beneficiário da colonização ibérica, que com as independências, passa a negociar diretamente os termos do fluxo de matérias primas e outras nuances determinantes para seu processo Revolução Industrial. Vale destacar que desde a metade do século XIX também cresce a presença estadunidense no continente, em grande medida denunciada por José Martí (2010), na última onda de processos independentistas que contemplavam Cuba e Porto Rico, que já estava explicitada desde a Revolução em Cuba de 1868-1878.

O desenvolvimento capitalista dado pela colonização e pela própria resistência à colonização aos poderes ibéricos desembocou no fortalecimento inglês, que herda a prodigiosa prole de povos colonizados que dão base a sua emergência como potência central no mercado mundial. Subsequente a revolução da indústria, há um aumento da composição orgânica do capital - quadro em que o capital variável (valor da força de trabalho) é reduzido pelo aumento do capital constante (valor dos meios de produção) na repartição dos investimentos na produção, que leva à manifestação das leis tendenciais internas a Lei da Acumulação Capitalista teorizada por Marx (1985). Marini (1991) descreve como esse processo passa a condicionar os países da América Latina ao papel de produtores de mercadorias industrializadas para a redução do valor das matérias primas (capital constante), para além da redução do valor da força de trabalho (capital variável) pela produção de gêneros alimentícios barateados.

Pensar como essa base histórica determinou o surgimento do neoliberalismo na América Latina a partir dos anos 70, exige abordar uma gama de nexos entre o século XIX e a segunda metade do século XX que foge ao alcance da presente pesquisa. Aqui nos limitamos a identificar algumas mediações que conectam os dois períodos e que podem ser consideradas. Em relação ao citado aumento da composição orgânica do capital e suas contradições, Bevilaqua (2017) argumenta que a mesma chegou ao paroxismo com a assimilação do aparato do complexo industrial-militar das duas Grandes Guerras e da Guerra Fria pela indústria tradicional. Relaciona a emergência do que chama de Crise Orgânica do Capital nos anos de 1970 como resultado desse processo anterior e ao esgotamento das medidas anti-cíclicas keynesianas, explicitada com a crise energética – intencionalmente ligada também ao agigantamento da atividade industrial. Com isso, podemos concluir que o papel ocupado pela América Latina, descrito por Marini (1991) como de manter relações de atraso regional para a diminuição do decréscimo dos lucros através da superexploração e do superlucro nas trocas desiguais, foi intensificado nessa década. Os EUA – que desde o final do século XIX já apresentava um dos sistemas financeiros mais desenvolvidos do mundo – consolidou

seu poder econômico por assimilar os capitais que migraram da Europa no curso das Duas Grandes Guerras. O país foi o grande subsidiário, por exemplo, da industrialização brasileira com a substituição de importações. A ruptura que o país opera na paridade ouro-dólar e com a política-econômica assentada no Estado de Bem-Estar Social, é explicada por Bevilaqua como desdobramento da intensificação de crise do capital, que teria motivado a imposição do receituário neoliberal em todo mundo a partir de sua hegemonia consolidada (BEVILAQUA, 2017).

Neoliberalismo e os impactos nos conflitos sociais

Esse período que é o ponto de inflexão para a incidência do neoliberalismo na região, dos anos 1970 e 1980, merece atenção. Após os anos de ditaduras em quase todo continente, a experiência do neoliberalismo chileno seria replicada para outras localidades. Países como Peru, Argentina e Bolívia experimentaram esses modelos neoliberais de forma mais aguda. Chile e Brasil implementam um neoliberalismo de forma gradual na sua economia (BERTOLA; OCAMPO, 2019). O caso boliviano ilustra o impacto do neoliberalismo no mundo do trabalho. Após as ditaduras *emeneristas* e a chegada das privatizações, o país andino viu um ascenso de reivindicações não necessariamente ao campo trabalhista, mas fundamentais para reprodução das pessoas. O operariado mineiro não conseguia responder à altura às investidas dos interesses nas privatizações das minas da COMIBOL (Companhia Mineira Boliviana) que passa aos poucos ao controle estrangeiro. O processo é acompanhado de uma série de demissões em massa. Na busca por uma forma de sobrevivência, os ex-mineiros se deslocam para plantações de coca da região do Chapare ou do Yungas. De forma combinada ou não, o ascenso do narcotráfico faz com que essas plantações sejam ainda mais visadas, e que o trabalho nesses locais ganhe mais importância (URQUIDI, 2007).

O exemplo mineiro das particularidades do desenvolvimento neoliberal na região pode ser uma das explicações para o fato de na contemporaneidade latino-americana o centro das reivindicações populares não serem mais apenas as demandas como as condições mínimas de trabalho, salário, férias, mas junto a isso, água, terra, política de cuidado ou demarcação de terras para comunidades indígenas. Se as demandas se acumulam para além do já convencional mundo do trabalho, elas também alteraram o perfil de quem reivindica, ou melhor, o gênero. Se os homens estavam à frente das pautas fabris, hoje, são mulheres de variadas estirpes (indígenas-camponesas, camponesas, urbanas) que encabeçam parte da luta contra a expropriação do seu “corpo-território” (CABNAL, 2010). Até mesmo no contexto urbano, as trabalhadoras ambulantes do mercado popular de *La Salada*, na periferia de Buenos Aires, tecem formas mutualistas para lidar com problemas cotidianos (GAGO, 2019).

Ainda que essas formas contemporâneas representem uma nova etapa das lutas sociais no continente, ela também dialoga com o lugar da América Latina na divisão internacional do trabalho. Garcia Canclini indaga: como um artesanato indígena pode ser vendido em um catálogo na internet? (CANCLINI, 2013). Na obra, o autor dá

exemplos de que através das produções culturais, é possível entender que a entrada da América Latina no capitalismo conserva resquícios coloniais.

O atraso ou a deformidade podem ser também uma expressão da realidade latino-americana moderna. De forma geral, a chegada do neoliberalismo impacta no tecido social urbano e camponês. A título de ilustração, partir dos anos 1980 as lutas sociais assumem também uma forma que atribui ao campesinato um protagonismo, mas sempre em busca do apoio urbano, como nas guerras civis em que a FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) - que se organizava no campo de El Salvador, mas buscava o apoio dos setores urbanos, muito com o movimento de mulheres *a Coordinadora Nacional de la Mujer* (CONAMUS), sindicatos e o setor progressista da igreja católica (FALQUET, 2022) o que pode ser explicado pela dualidade de caracteres resultados dos atrasos e avanços da dinâmica regional.

Na América Central deram-se exemplos de que a implementação do neoliberalismo sofreria resistência. Em El Salvador, após o cessar-fogo, para a FMLN a paz se configurou numa vitória eleitoral, já que agora o partido poderia disputar legalmente as eleições, entretanto, também foi evidente derrota política, já que não abriu as portas para um futuro melhor. O menor país do Istmo viu parte do seu território ser submetido aos mega-empresendimentos, monocultivos e também ao extrativismo principalmente após assinatura do NAFTA (em português, Tratado de Livre Comércio da América do Norte) que se expandiu para o CAFTA-DR (Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana); as *maquillas* começam a se espalhar pelo território.

Como forma de integrar o continente de uma maneira energética, o Plan Puebla Panamá se configura como uma ligação via megaprojetos por toda extensão mesoamericana (região que inclui o sul do México e a América Central). Os impactos desse projeto na zona rural são visíveis: no lugar de comunidades indígenas, uma estrada de ferro; no lugar de rios e lagos, uma represa. O enxugamento da máquina pública faz com que as políticas neoliberais terceirizem o controle das populações para outros organismos. Se antes a violência era monopólio do Estado, com a polícia ou o exército, hoje ela outorga outros agentes para fazer tais funções. Nos anos 1990, em Ciudad Juarez, México, de um lado o trabalho feminino incessante nas *maquilas*; do outro, o narcotraficante Amado Carrillo Fuentes constitui o Cartel de Juarez, responsável por transportar a cocaína vinda da Colômbia com um avião, assim Amado seria conhecido como *Señor de Los Cielos*. É nesse contexto que Juarez registra uma onda de desaparecimentos, óbitos, e violência contra mulheres, que Falquet (2022), vai interpretar como uma demonstração de poder sob os corpos femininos. Ainda que agentes do Estado e narcotraficantes possuam códigos próprios e se rivalizem em alguns momentos, eles podem atuar com um único fim, que é o de fazer o controle da população. Essa população que no caso só deve servir ao trabalho, e não se preocupar com outras coisas.

Se o neoliberalismo faz com que o Estado descentralize tais funções e incute aos indivíduos um arquétipo cada vez mais individualista, em que todos competem por espaços cada vez mais escassos, são nos ziguez-zagues da história em que essas populações ousam romper com a ordem comercial da Nuestra América. Entre Berta

Cáceres, Miriam Miranda e Mãe Bernadete Pacífico, pode se fazer apropriado dizer que ao mesmo tempo que essas populações, parte feminina, resistem, elas também criam. Resistir ainda que em uma metáfora de futebol, é o momento em que a equipe apenas se defende das investidas do adversário. Já no caso de criar, é o instante em que você abre as portas para novas jogadas, alimenta os seus companheiros para marcarem o gol.

O mundo do trabalho na periferia do sistema: questões de escala

Como apontado no capítulo de “*Novas lutas sob o neoliberalismo e o futuro impreciso*”, existe uma nova morfologia do trabalho na América Latina (ANTUNES, 2011). O incremento da tecnologia aliada à ferramentas de indústria 4.0 faz com que as fábricas demandem cada vez menos pessoas para fazer o que se fazia antes. A terceirização e a precarização do trabalho também são fatores que alteram a geografia-espacial do trabalho. A descentralização produtiva, como aponta POCHMANN(2011),

(...) caracterizada pelas transferências de plantas industriais onde empresas tradicionais como a indústria têxtil, sob alegação de concorrência internacional, deslançaram um movimento de mudanças geográficas-espaciais, buscando níveis mais rebaixados de remuneração da força de trabalho, acentuando os traços de superexploração do trabalho, além de incentivos fiscais ofertados pelo Estado (POCHMANN, 2011).

A geografia da cidade de São Paulo, por exemplo, foi radicalmente alterada pelo trabalho. Em 1917, por exemplo, o Cotonifício Crespi, na região da Mooca, onde estava instalada uma fábrica têxtil, foi palco da primeira greve geral do Brasil e uma das primeiras fábricas a se levantarem no levante militar-operário de 1924. Hoje, o edifício é sede de uma rede de atacados, que em nada faz lembrar a memória do local.

Por outro lado, a produção têxtil se esparramou pela cidade, não tendo um endereço fixo. As ruas dos bairros do Brás, Bom Retiro, Pari e a própria Mooca, concentram pequenas produções têxteis. Esse trabalho, muitas vezes, é realizado por imigrantes bolivianos que deixam seus países com a promessa de uma melhora de vida. Como foi dito, o local de trabalho foi alterado, as condições desse trabalho ainda lembram aquelas em que homens e mulheres no início do século reivindicaram. Como aponta DAVIS (2006), a terceirização do trabalho abre portas para uma franca exploração do trabalho de mulheres e crianças. De modo geral, são condições degradantes de trabalho em que os costureiros residem onde moram, e trabalham por diversas horas com poucos intervalos de descanso.

De uma economia desigual e combinada para uma degradação total do trabalho, o desenvolvimento das forças produtivas não abriram caminho para um futuro melhor(CATALANI, 2022). A quimera fordista latino-americana encerrou o seu ciclo e ocasionou um inchaço do terceiro setor nas grandes cidades urbanas. Se a

compreensão do fenômeno do neoliberalismo é entendido como algo que traz consigo a desregulamentação, diminuição do Estado e a privatização de serviços básicos, ou seja, de cima para baixo, porém, na América Latina também acontece um efeito contrário, como pontua GAGO(2019), em que os territórios que se colocaram em luta na virada do século – o caso de Argentina, Brasil, Bolívia – são os mesmos que tecem formas entre microacumulações e subsistências nas feiras populares de *La Salada*, em Buenos Aires, e na Feira da Madrugada, em São Paulo, ambas construídas no início da década dos anos 2000. Ou seja, seriam esses populares, além de vítimas do neoliberalismo, um dos seus principais articuladores? (GAGO, 2019).

Dentro da região latino-americana, a superexploração do trabalho é uma característica das economias periféricas, como pontua Marini (2017). O trabalhador dedica grande parte do seu tempo para extração de mais-valia absoluta. Para que isso pudesse virar realidade, Marini coloca que as faltas de regulamentação e de condições de trabalho e, portanto, extensão desmedida das jornadas produtivas (MARINI, 2017), podem apresentar um padrão que se repete na região. Representada na literatura do brasileiro Jorge Amado (2010), com *Cacau*, e do guatemalteco Miguel Ángel Asturias(1973), *Viento Fuerte*, são alguns desses exemplos em que a superexploração do trabalho é colocada em evidência.

Para entender em profundidade esse processo, talvez seja explicativo incluir uma outra equação referente aos trabalhadores dos centros econômicos mundiais. Se o conceito de ‘superexploração do trabalho’ diz que o trabalhador latino-americano é superexplorado porque o seu processo de extração de mais-valia inclui etapas de violência, coerção, extrapolação da jornada de trabalho, no caso contrário, as legislações trabalhistas e regulação de trabalho fazem com que o trabalhador do centro precise trabalhar menos para produção de uma grande massa de mais-valia, entendendo que o produto produzido nos países mais industrializados possui um sobrevalor agregado em relação ao produzido na periferia.

Nessa lógica, seria correto afirmar uma superexploração também do trabalhador do centro? Entendendo que a taxa de exploração desse trabalhador é maior do que a dos trabalhadores da periferia pois seus produtos tem um valor extra, sua mais-valia extraída também seria superior e, sendo o valor do salário mais incompatível com o quociente do produto final. Propomos aqui analisar esse processo para responder essas questões nas suas entrelinhas ou novas linhas que se desenham nos dias atuais. Ruy Mauro já abordava que a divisão internacional do trabalho reservava a alguns países a produção de alguns produtos com alta tecnologia que frente às trocas desiguais, os permitia conseguir um lucro a mais. Porém, o mesmo autor indica que há contradições que se desenvolvem pela presença tecnológica em substituição ao trabalho elementar, resgatando a concepção marxista de redução da taxa de mais-valia pela diminuição do valor criado em proporção com o agigantamento do valor pretérito repassado dos meios de produção. O que as novas realidades demonstram é justamente que a complementaridade exercida pelo trabalho na América Latina já não se dá essencialmente pela superexploração no trabalho formal, mesmo que essa persista, mas pela produção realizada pelos enormes contingentes expulsos ou nunca

integrados a indústria, como afirma Bevilaqua (2017) cuja produção com intensiva mão-de-obra atua como contra tendência a redução da mais-valia, mesmo que na análise do autor, isso não seja suficiente para impedir o quadro de abalo ao valor, o que seria demonstrado pela interpretação dos dados econômicos e a discussão teórica acerca do impacto demonstram. Fazendo um esforço de abstração a partir de sua tese, podemos dizer que a desproporção entre valor do trabalho e mais valor produzido dos trabalhadores europeus pode ser até menor que o dos trabalhadores nos países menos industrializados, sendo assim, nem por esse aspecto, seria preciso aplicar o conceito de superlucro aos trabalhadores europeus.

Para OLIVEIRA, 2003, se torna importante também analisar o quanto se transfere de trabalho para esses trabalhadores da periferia. A constituição do capitalismo latino-americano, como pontua em a “Crítica da Razão Dualista”, atua também para transferir parte dos custos da produção para esses trabalhadores. Em um exemplo visual, a constituição das periferias de Berlim pouco se parecem com as periferias de La Paz, Brasília ou Santiago; a formação das classes operárias europeias, se dá de forma conjunta com as vilas operárias, o que impacta totalmente nas condições de vida desses trabalhadores do centro. Agora, no exemplo brasileiro, as moradias nas periferias foram, como mostra o audiovisual “Fim de Semana”(1976), conduzido por Ermínia Maricato, construídas pelos próprios trabalhadores, o que faz com que os mesmos usem os finais de semana para construir as suas respectivas residências, os mutirões de moradias. Nesse sentido, a transferência de trabalho para esses trabalhadores da periferia se dá também na forma infraestrutural, na produção da cidade: de vans clandestinas a mercados ambulantes dentro dos trens, a sobrevivência é reproduzida de maneira improvisada na periferia do sistema, daí a superexploração do trabalho. O quanto se consegue extrair de mais-valia desse trabalhador transferindo os custos da produção para eles mesmos, ou seja, já foi colocado para pensar qual a importância dos camelôs que vendem bebidas nos semáforos para as grandes empresas como Coca-Cola ou Ambev?

Nesse sentido, se torna difícil enxergar o trabalho hoje, com as lentes de ontem. Como pontua Abílio (2013), a organização do trabalho contemporâneo parece estar calcada na dispersão desses trabalhadores e no rebaixamento da força de trabalho, o que permite, por exemplo, que a viração ou que indivíduos ‘*bicos*’ se desdobrem para viver nas cidades.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital.** São Paulo: Ubu Editora, 2021
- ANTUNES, Ricardo. **O continente do labor.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- BÉRTOLA, Luis; OCAMPO, José Antonio. **O desenvolvimento econômico da América Latina desde a independência.** Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2019
- BEVILAQUA, Aluisio P. **Perspectivas para a Luta contra o Neoliberalismo no Brasil,** Rio de Janeiro: Editora Inverta/UERJ, 2022.
- BEVILAQUA, Aluisio P. **A crise orgânica do capital: o valor, a ciência e a educação.** 2015.
- BOLÍVAR, Simón. **Manifiesto de Cartagena.** Editora NoBooks, 2005.
- BOLÍVAR, Simón. **Carta de Jamaica.** Editora Epigrafe, 1978.
- CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. 2010
- CATALANI, Felipe. A inocência perdida das forças produtivas: o progresso das armas e as origens da “discrepância prometeica” (Walter Benjamin, Günther Anders). **Revista Limiar,** São Paulo: Unifesp, 2022.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- FALQUET, Jules. **Pax Neoliberalia: Mulheres e a reorganização global da violência.** São Paulo: Editora Sob Influência, 2022
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** Companhia das Letras, 2020.
- GAGO, Verónica. **A razão neoliberal: Economias barrocas e pragmática popular.** São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- GRANDIN, Greg. **A Revolução Guatemalteca.** São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** L&PM Editores, 2010
- HEGEL, Georg W. F.; MENESES, Paulo; DE LIMA VAZ, Henrique C. **Fenomenologia do espírito.** Petrópolis: Vozes, 1992.
- HOLANDA, Sérgio. B. **Raízes do Brasil,** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo.** São Paulo: Editora Ática, 2019.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e Revolução.** Florianópolis: Editora Insular, 2017.
- MARINI, Ruy M.. Dialéctica de la dependencia, In: **América Latina, dependencia y globalización.** México: Ediciones Ediciones Era, 1991.
- MARTÍ, José. **Nuestra América.** Editora Linkgua, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da Economia Política.** In: Os Economistas. Editora

Abril Cultural, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica da razão dualista**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003. PRADO JUNIOR, Caio. **História e Desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

THIBAUD, Clément. **En busca de la república federal: el primer constitucionalismo en la Nueva Granada**. Laboratorio constitucional iberoamericano: 1807/1808-1830. Estudios

AHILA de historia latinoamericana, 2012.

URQUIDI, Vivian. **Movimento Cocalheiro na Bolívia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007